



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2009

ACTA Nº 04

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.**
- 2 – Orçamento 2010 e Grandes Opções do Plano 2010-2013**
- 3 – Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento de investimentos municipais no valor de €2.762.250,00**
- 4 – Empréstimo bancário de curto prazo no valor de €2.000.000,00**
- 5 – Alteração do n.º 2 da cláusula 1.ª do contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo no valor de €8.000.000,00**
- 6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2010**
- 7 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia – Prorrogação dos prazos de vigência**

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e Simplício Joaquim Guerra Piteira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Eng^o. José Charneira da CDU
- Sr. Eng^o. Carlos Alberto Martins do PS
- Sra. Dra. Carla Oliveira do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Dr. Álvaro Amaro
- Sra. Vereadora Adília Candeias
- Sr. Vereador Dr. Adilo Costa
- Sr. Vereador Dr. Luis Calha
- Sr. Vereador Eng^o. Fonseca Ferreira
- Sra. Vereadora Dra. Maria da Natividade Coelho

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Eng^o. José Manuel Charneira, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pela Sra. Dra. Dina Maria Mateus Pereira, que se encontra presente e irá tomar posse.
- Sr. Eng^o. Carlos Alberto Martins, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pela Sra. Arqta. Ana Cristina Alves Mota Cunha, que se encontra presente e irá tomar posse.
- Sra. Dra. Carla Oliveira, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Dr. Pedro Alexandre Matos Barosa, que se encontra presente e irá tomar posse.
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato do Sr. Eng^o. José Braz Pinto, e em sua substituição, foi convocada a Sra. Eng^a. Julieta da Fonseca Rodrigues, que se encontra presente e irá tomar posse.

De imediato procedeu-se à tomada de posse dos Membros Dra. Dina Maria Mateus Pereira, Arqta. Ana Cristina Alves Mota Cunha, Dr. Pedro Alexandre Matos Barosa e Eng^a. Julieta da Fonseca Rodrigues que após juramento de honra e assinadas as respectivas actas, que ficarão apenas à presente, foram considerados empossados no cargo.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir.

Sr. Fernando Contente, morador em Aires, informa que irá colocar um assunto de carácter pessoal que não tem a ver com a Assembleia Municipal mas sim com a Junta de Freguesia de Palmela.

Sr. Presidente da Mesa, chama a atenção do munícipe que o assunto é para ser colocado numa Assembleia de Freguesia e não para uma Assembleia Municipal.

Sr. Fernando Contente, refere que gostaria que a Assembleia Municipal tomasse conhecimento da situação e por isso decidiu vir a esta sessão, pelo que solicita autorização para continuar.

Sr. Presidente da Mesa, responde dizendo que não deveria continuar a intervenção uma vez que o assunto não é do foro da Assembleia. Pergunta se já colocou o assunto em Assembleia de Freguesia.

Sr. Fernando Contente, responde dizendo que já colocou o assunto em Assembleia de Freguesia e que o irá fazer novamente.

Sr. Presidente da Mesa, diz que excepcionalmente vai permitir a intervenção que não tem qualquer sentido ser feita neste órgão.

Sr. Fernando Contente, continua a sua intervenção entregando à Mesa um documento que ficará apenso à acta.

Terminado o período de intervenção dos munícipes, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem pretende inscrever-se neste ponto.

Sra. Dra. Anabela Rito da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes. Passa a ler Moção sobre "Encerramento da LEAR" que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Dr. João Completo Costa do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que se trata duma situação triste, e que infelizmente não está a acontecer só em Palmela, pelo que gostaria de colocar uma questão. A Lear quando se instalou em Palmela teve direito a benefícios fiscais, deste modo pergunta se esses benefícios fiscais tinham contrapartidas, se haveria um período durante o qual a empresa teria que estar sedeadada no concelho e caso isso não acontecesse se haveria lugar a penalizações.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, refere que se trata de uma empresa que tem actualmente duzentos e sessenta e nove trabalhadores que, quando veio para Portugal em 1998 com o objectivo de criar quatro mil postos de trabalho, para além dos benefícios fiscais os sucessivos Governos e a Comunidade Europeia deram milhares de euros para a sua instalação. O certo é que não foram criados esses postos de trabalho e não foi só a questão dos benefícios, que são de todo o interesse numa perspectiva das empresas se fixarem e não para se virem a aproveitar para mais tarde irem embora e lançando no desemprego os seus funcionários.

Termina apelando à solidariedade de todas as bancadas para o problema.

Sr. José Cardoso do PSD, diz que a Lear é uma situação e seria bom que se ficasse por aqui. Palmela foi um concelho tradicionalmente rural que de repente se transformou em rural e industrial. Variadíssimas empresas instalaram-se no concelho, contribuíram para o seu desenvolvimento e agora perante uma situação, que não vai parar, vão embora. Palmela não pode ficar indiferente ao que vai acontecer no país que é inevitável.

Se fosse possível deveria haver um esforço desta Assembleia, representada por quatro ou cinco forças partidárias, no sentido de colocar os interesses intransigentes do concelho de Palmela acima de todas as querelas partidárias. Uma vez que a crise é muito grande e vai afectar muita gente, sobretudo os mais desfavorecidos, apela à Assembleia para que a maior política seja a defesa intransigente dos interesses do concelho porque a isso todos estão obrigados e não vale a pena dizer que o Governo A ou B e a Câmara A ou B é que têm responsabilidades. É sua convicção que todos os que estão à frente, e têm responsabilidades, dão e fazem o seu melhor pelo que têm que estar preparados para este tipo de situações que é provável que continuem a acontecer no concelho.

Termina dizendo que estão inteiramente de acordo com a Moção, pelo que irão votar favoravelmente como forma de demonstrar a solidariedade do PSD para com todos os trabalhadores do concelho que irão entrar em dificuldades.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que o CDS também irá votar a favor da Moção, mas pergunta se a Assembleia Municipal enquanto órgão autárquico, tendo em conta que teve que se pronunciar aquando da implantação da empresa, não poderá através duma comissão questionar a empresa Lear e fazer uma acareação entre a Lear e Câmara no sentido de encontrar uma justificação plausível para este encerramento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Presidente da Mesa, diz que compreendendo o sentido da última intervenção não lhe parece ajustado e fazer muito sentido uma abordagem por parte da Assembleia junto da Lear, até porque outros valores mais altos se terão levantado e nada foi conseguido,

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, apresenta Moção sobre “Cimeira de Copenhaga e a urgência no combate às alterações climáticas” que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, solicita que, de futuro, os proponentes de Moções forneçam cópias das mesmas às diversas bancadas.

De imediato coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De seguida pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. João Completo Costa do PS, refere que para a bancada do PS todas as Moções que se preocupem com o ambiente são, em princípio, bem vindas.

Relativamente ao primeiro ponto da Moção não pode estar de acordo por duas razões. Primeiro porque não se pode apresentar um voto de protesto sobre uma reunião que ainda está a decorrer e por outro lado com governantes de vários quadrantes que lá estão, uns mais interessados em defender o ambiente e outros menos, como diz o Presidente Lula da Silva “...é melhor não haver acordo do que um mau acordo...”.

Quanto ao segundo ponto está cem por cento de acordo que a Câmara Municipal e todas as entidades públicas devam ter a preocupação das eficiências energéticas, de reduzir consumos e de ter serviços mais amigos do ambiente.

No que diz respeito ao terceiro ponto está de acordo de uma forma genérica porque existe ainda um problema técnico por resolver. Uma vez que grande parte da frota das Câmaras é constituída por viaturas específicas para as quais ainda não há no mercado equipamento híbrido. Deste modo não faz muito sentido apresentar nesta altura esta proposta, ficando como preocupação para o futuro quando existirem essas alternativas.

Sr. José Cardoso do PSD, diz concordar com a intervenção anterior porque a Assembleia Municipal não poderá dizer que está frontalmente contra uma coisa que ainda está a acontecer.

Quanto às outras recomendações diz não saber se o Sr. Membro Arnaldo Pata tem conhecimento da existência da Agência de Energia da Arrábida, onde a Câmara Municipal está a colaborar.

Concorda e faz todo o sentido a solicitação do Sr. Presidente em relação à entrega de cópias das Moções às bancadas, uma vez que não é possível apreender todo o seu conteúdo na leitura que é feita. Por esse facto informa que o PSD se irá abster na votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, diz que, de facto, as conclusões da Cimeira não estão tiradas mas também é óbvio que o essencial das conclusões é público. Quem assistiu hoje ao Telejornal pôde comprovar que as conclusões estão muito aquém do que seria necessário.

O que está em causa é um modelo de desenvolvimento que tem sido seguido à escala internacional e que assenta na depredação dos recursos naturais, prossequindo critérios predominantes ou exclusivamente economicistas.

Mas também existe outra questão que tem a ver com relações de poder, porque pôr em pé de igualdade os países desenvolvidos com os subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, é duma tremenda injustiça. Aliás a intervenção do Presidente Lula da Silva pôs o enfoque nessa questão, uma vez que é o modelo dos países ricos que mais uma vez se impõe aos países pobres. Não é em nome duma industrialização dos países ricos, conseguida a qualquer custo, que existe hoje uma espécie de mercado onde se compram as emissões de CO2.

O que está em causa é um modelo de desenvolvimento, sobre uma divisão internacional do trabalho e sobre relações de poder desiguais, correndo-se o risco eminente, se este modelo não for invertido por força duma opinião pública que cada vez tem que ser mais interventiva e menos seguidista em relação aos países industrializados que têm mais poder político de afirmação e de condicionar as políticas internacionais, da própria sobrevivência da humanidade.

São estas relações de poder que muitas das vezes os partidos de poder, nomeadamente o actual Governo em Portugal, têm escamoteado e daí que a posição da CDU é, de no fundamental, estarem de acordo com a Moção.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, diz que a intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto vem de encontro das suas palavras. Infelizmente, apesar da Cimeira ainda não ter terminado, as resoluções que sairão no final serão negativas e não contrariam o que está na Moção.

A verdade é que o paradigma de civilização, adoptado pelos países desenvolvidos, não muda em relação ao consumo insustentável dos recursos naturais do planeta não havendo por isso alterações. É por esse facto que o BE propôs esse voto, quase de pesar, em relação aos governantes que estão reunidos em Copenhaga.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE), 6 votos contra do PS e 4 abstenções (2 do PSD e 2 do CDS/PP).

Sr. José Cardoso do PSD, diz ter conhecimento que o Governo acabou de adjudicar o troço do TGV Poceirão/Badajoz. Por esse facto dá conhecimento de um abaixo-assinado promovido pela população de Fernando Pó em que dão a conhecer que o seu território, onde estão algumas das principais vinhas incluindo a vinha que ganhou o prémio de melhor vinho do mundo, e que vai ser altamente prejudicado com o traçado.

É evidente que não se pode pôr em causa um traçado desta dimensão por causa da vinha e por causa de um aglomerado relativamente pequeno de populações. Como estão frontalmente em desacordo com o traçado do TGV porque, mais uma vez, acham que um país pobre como o nosso, sem recursos, não deve fazer um traçado dum TGV alheando-se completamente do novo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

aeroporto, querem dar voz na Assembleia ao facto do traçado actual ir prejudicar substancialmente uma das maiores riquezas do concelho de Palmela.

Trata-se duma obra que irá trazer mais valias para o concelho mas, uma vez que se encontra ligado às freguesias de Marateca e Poceirão, sente-se na obrigação de fazer ver a toda a Assembleia Municipal que este traçado vai prejudicar muito o lugar de Fernando Pó, as suas vinhas e pôr em causa uma coisa que a Câmara se tem empenhado em promover que é o vinho, o melhor vinho do mundo.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, apresenta Moção intitulada “Consagração pelo retorno de Aminetu Hadar e apelo ao cumprimento dos direitos humanos do povo Sarauí” que ficará apenas à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Não havendo intervenções, coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE) e 10 abstenções (6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP).

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, gostaria de fazer um pequeno resumo do que foi o XVIII Congresso da ANMP, que embora tivesse com intenção ser um congresso electivo, acabou por permitir uma discussão alargada de alguns dos temas mais importantes para o poder local democrático.

De todas as intervenções feitas e do consenso alargado a que se chegou, que foi sintetizado na parte final do congresso pelo Presidente do Conselho Geral, pelo actual Presidente da ANMP, por um antigo Presidente da ANMP e actual Presidente de Câmara socialista e o actual Presidente da Câmara de Viseu, foi dito que se continua a sentir da parte do Governo ou Governos um adiamento daquilo que têm sido as expectativas legítimas da descentralização de competências que se impunha.

Uma das questões abordadas foi a da regionalização e das regiões administrativas, que há quem designe, pelo facto de estar inscrito na Constituição, que há uma inconstitucionalidade por omissão pelo facto de passados trinta e cinco anos desde a Constituição da República Portuguesa ainda não ter sido aprovado. A direita em 1998 votou contra, o que ideologicamente não é de surpreender porque é defensor da grande centralização do poder político, e o Partido Socialista com as suas habituais contradições contribuiu objectivamente para a reprovação desse refendo e para a não aprovação da regionalização. Assiste-se hoje a sinais contraditórios uma vez que o Primeiro-ministro no encerramento do congresso defendeu a regionalização e apontou para cinco regiões, mas começa-se a ouvir responsáveis do PS, nomeadamente o Ministro Vieira da Silva, pôr grandes reservas contra a oportunidade da regionalização. Estamos, infelizmente, perante a eminência de um novo adiamento de um mecanismo que está constitucionalmente previsto e que era fundamental para uma gestão mais integrada e mais racional do território nacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Por outro lado foram apontadas várias críticas ao desrespeito do poder central e à intromissão e tutela política que o poder central/estado e Governo continuam a exercer sobre as autarquias, nomeadamente através da Inspeção-Geral da Administração Local que deveria ser um mecanismo essencialmente jurídico e porque depende da tutela acaba por ser um mecanismo de controlo político das autarquias.

Foi também referido em matéria de ordenamento do território o facto das CCDR's terem hoje uma intervenção que é no fundo uma tutela substitutiva do poder e do estado numa matéria que deveria ser da competência das autarquias. Em muitos outros aspectos foi ainda citada a Lei nº. 159/99 que já deveria estar regulamentada desde 2003, sendo que isso só acontece com oitenta por cento da Lei, e também a Lei nº. 2/2007 que reduz o peso dos municípios nos impostos do estado em cerca de quinhentos e setenta milhões de euros.

Foi consenso generalizado que estamos perante uma descentralização de competências feitas atabalhoadamente e sem a transferência dos recursos financeiros e humanos, como foi o caso da educação, em que alguns municípios sobretudo do Partido Socialista num seguidismo absolutamente criticável, acabaram por aceitar a proposta do Governo que se veio a revelar como tendo sido feita apressadamente com os resultados negativos que hoje são reconhecidos. Muitas vezes a transferência de matérias em áreas como a acção social, redes viárias e justiça, porque há da parte do Governo indefinição ou falta de qualificação dessas competências, são assumidas pelos municípios e substituem-se ao próprio estado e por outro lado a não concretização e não clarificação de descentralização de competências que os municípios vêm reivindicando pelo princípio da proximidade, da subsidiariedade em matérias como a acção social, a justiça, a saúde, o ambiente e o ordenamento do território.

A menor participação dos municípios na gestão do QREN, outra questão gravíssima e que foi criticada bem como o afastamento dos municípios na gestão das áreas protegidas e das áreas portuárias.

Tratou-se de um congresso com a representação dos vários quadrantes políticos, maioritariamente do PSD, mas que foi claro na reivindicação de uma maior autonomia do poder central.

Finaliza a sua intervenção dizendo que o discurso de encerramento do Sr. Primeiro-ministro poderia ter sido feito no final do congresso da ANMP como no final de um congresso de dirigentes de colectividades de cultura e recreio. O Sr. Primeiro-ministro falou nas energias eólicas, na fábrica de baterias que irá ser criada, na variante da auto-estrada entre Sines e Beja, da variante da auto-estrada em Trás-os-Montes, do alargamento da banda larga do país. Teve um autismo completo em relação a todas as questões que lhe foram colocadas, ignorou numa forma desrespeitosa porque não respondeu, e tinha o direito de responder nem que fosse para dizer que não estava de acordo, fez um discurso à margem de tudo o que lhe tinha sido colocado o que levou o Presidente da ANMP no final a dizer que o Sr. Primeiro Ministro mais uma vez apresentou propostas para daqui a quatro anos quando há quatro anos tinha feito exactamente as mesmas propostas e assumido esses compromissos. Foi um discurso verdadeiramente surrealista e desfasado das questões concretas que ali foram colocadas e que não dignifica o titular do órgão político como o Primeiro-Ministro que vai a um congresso e que tem direito a não estar de acordo com aquilo que, consensualmente, foi apresentado mas que devia ter consideração pelas questões, pelas interpelações, pelas propostas, pelas reivindicações,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

ignorando-as de uma forma deliberada e apresentando uma espécie de programa político do Governo perfeitamente à margem do que tinha sido colocado pelo Presidente da ANMP.

Como representante do Município no congresso, e tendo estado presente, não quis deixar de trazer ao conhecimento de Assembleia Municipal como uma nota profundamente negativa na linha daquilo que o Partido Socialista tem mostrado: grande incoerência, grandes contradições em relação às questões do poder local e um alinhamento objectivo por aquilo que têm sido as políticas de direita.

Sr. José Cardoso do PSD, diz que é autarca desde 1976 e em sua opinião o municipalismo é a melhor forma de exercer o poder. Os autarcas dão permanentemente a cara e são responsabilizados diariamente pelo bem e pelo mal que fazem, pelo que lutará até ao fim das suas possibilidades para que o municipalismo possa ter cada vez mais força, uma vez que a forma democrática de se governar o país é através dos municípios e respectivas juntas de freguesia.

Sr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP, diz que a primeira parte da sua intervenção tem a ver com as afirmações feitas, de forma gratuita, pelo Sr. Membro Valentim Pinto quando se referiu à direita em 1998.

Esclarece que não foi a direita mas sim o povo que votou e se expressou. O povo não é de direita nem de esquerda e assume o seu poder soberano. Quando o povo vota na esquerda não se torna de esquerda, vota e expressa a sua vontade em cada momento. Não é para colocar lápides porque foi a vontade do povo que ficou expressa. Sugere que trabalhem no sentido de que as intenções possam ser aceites pelo povo.

Refere que hoje o CDS não traz nenhuma Moção mas pretende apresentar um voto relativamente ao próximo dia 25 de Dezembro, época que expressa a caridade e a fraternidade. Dessa forma, espera que quer a Assembleia quer a Câmara Municipal possam no próximo ano ter uma boa vontade em relação a algumas questões aqui tratadas de forma a terem resposta cabal e não se ficar apenas por intenções.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, apresenta Moção intitulada “Pelo fim do trabalho precário nas autarquias” que ficará apenas à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, diz que se trata duma questão muito sensível pelo que pergunta ao Sr. Membro Arnaldo Pata se sabe quantos trabalhadores precários existem na Câmara de Palmela e nas outras Câmaras.

Sr. João Completo Costa do PS, refere que no Orçamento existe uma rubrica “Contratos a Termo” onde se poderá eventualmente aferir algum trabalho precário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Acha importante a questão colocada pelo Sr. Membro Arnaldo Pata em relação aos contratos com terceiros. Na tentativa de evitar o máximo de trabalho precário seria muito importante que nos contratos com terceiros houvesse uma cláusula onde isso estivesse contemplado. Muitas vezes o que acontece é que nos serviços não há trabalhadores precários mas depois há subcontratações e essas empresas muitas vezes ganham os concursos porque incorporam muito trabalho precário, com fugas à segurança social e outras, tentando pagar o mínimo possível.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, diz que o mais importante é que existe trabalho precário indirecto uma vez que há empresas que trabalham com a Câmara Municipal que praticam os falsos recibos verdes.

Os professores das actividades de enriquecimento curricular são o caso paradigma desta situação porque são contratados por empresas. Como é do conhecimento geral o Partido Socialista “inventou” a escola a tempo inteiro e mandou o ónus do problema para as Câmaras, que não asseguraram a responsabilidade e contrataram empresas. Os professores que fazem essas actividades cumprem horário de trabalho, têm patrão e obrigações inerentes a uma contratação de trabalho, têm contrato mas passam recibos verdes. Só recebem quando trabalham e no mês de Dezembro só receberão cerca de duzentos e poucos euros, pagos por uma empresa de Setúbal que foi contratada pela Câmara, porque só trabalham à volta de quinze dias. Mais precariedade que isto é impossível, é o máximo da precariedade que alguma vez conheceu ligada a um sector de jovens com grandes habilitações e que estão no fundo do poço.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, em opinião da sua bancada a Moção está muito incompleta uma vez que, em termos de precariedade, seria muito mais correcto se fosse analisado em termos concretos o que se passa no distrito e não só na Câmara de Palmela. A título de informação refere que na média nacional em sete trabalhadores seis são precários.

Tendo em conta que a Moção aponta para situações que são preocupantes, diz que não são contra pelo que se irão abster na votação.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 1 voto a favor do BE, e 25 abstenções (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP).

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, apresenta Moção sobre “Agricultura” que ficará apenas à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, refere que este tema é muito importante para o país. Em relação á parte final da Moção diz que a revisão das zonas desfavorecidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

poderá ter um sentido positivo na protecção dessas mesmas zonas desfavorecidas. Em sua opinião é precipitado à partida dizer não à proposta.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, esclarece que o que a União Europeia está a tentar fazer com revisão é no sentido de excluir todas estas zonas com base no fundamento socio-económico.

Refere que o concelho tem problemas com empresas que cá se instalam mas também tem um sector agrícola que pretendem seja preservado e dignificado para que não deixe de existir.

Gostaria de dizer que aplicação desta medida europeia entra no bolso dos agricultores do concelho, criando mais dificuldades a quem hoje já tudo faz para não abandonar os campos de cultivo. No concelho de Palmela, nas freguesias de Marateca e Poceirão, o número de agricultores abrangidos são mais de dois mil e novecentos.

Ainda hoje foi anunciado que iria haver mais uns milhões para a agricultura o que poderá, na situação de crise e desemprego que o país atravessa, levar as pessoas a pensar que os agricultores só querem receber subsídios e ainda assim se queixam. Isto é uma forma de propaganda no sentido de voltar a opinião pública contra os agricultores. Os sucessivos subsídios que têm sido anunciados nunca chegaram à agricultura de carácter familiar tendo ido parar aos bolsos dos proprietários absentistas, à agro-indústria e à banca.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (15 da CDU, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE) e 6 votos contra do PS.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, aproveita a oportunidade para desejar a todos os presentes votos de Feliz Natal, Boas Festas em geral e sobretudo um melhor ano de 2010, com muita saúde e solidariedade.

De imediato passa a ler a introdução ao relatório da actividade municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. José Cardoso do PSD, pede á Sra. Presidente se lhe poderá facultar as conclusões do projecto Naturba uma vez que envolve as freguesias de Marateca e Poceirão e é de seu interesse acompanhar o projecto.

2 – Orçamento 2010 e Grandes Opções do Plano 2010-2013

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, refere que a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano reflecte as contingências financeiras em que se vive que são provocadas e condicionadas pela crise económica de âmbito nacional e global.

Esta crise condicionou, de forma significativa, a entrada de receitas no município e concretamente no ano de 2009 assistiu-se a uma redução de cerca de cinco milhões de euros numa única receita em relação ao previsto.

Neste contexto a proposta que foi elaborada tem forçosamente que contemplar a contenção em novos investimentos até porque, por um lado, se mantêm em curso e perspectivadas importantes obras, equipamentos e infra-estruturas que significam um valor muito importante dos investimentos a realizar em 2010.

Desses investimentos destaca a obra do Cine-Teatro São João, a recuperação e revitalização do Centro Histórico de Palmela com as intervenções que irão ser desenvolvidas no próximos três anos no âmbito da candidatura aprovada pelo QREN, as infra-estruturas para Lagoinha e Cabanas, as intervenções nos loteamentos Vila Serena, Monte Novo e Vila Paraíso, em Pinhal Novo, em substituição dos promotores accionando as garantias bancárias. Outra obra muito importante, no âmbito dum protocolo assinado com o Ministério da Administração Interna e que tem contrapartidas financeiras, é a construção do quartel para o Destacamento da GNR em Palmela fruto da aquisição de um terreno pela Câmara Municipal e posterior cedência ao MAI. Irão proceder à adaptação de edifícios de duas escolas, de Lagameças e de Lagoa do Calvo, para construção de Jardins-de-infância. Será feito o reforço do sistema de abastecimento de água a Pinhal Novo, as obras de drenagem em Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha e ainda pavimentações diversas em vários locais do concelho.

Existe ainda um conjunto de acções muito importantes, até mesmo indispensáveis, para a qualidade de vida das populações do concelho e que envolvem avultadas quantias, como a prestação de serviços na área do saneamento e dos resíduos sólidos, os transportes escolares e alimentação escolar, actividades no domínio do planeamento urbanístico, apoio às instituições de cultura, desporto, solidariedade social, protecção civil entre outras acções municipais que em conjunto significam muitos milhares de euros de investimento.

A presente proposta pretende traduzir um ciclo de investimentos que visam a qualificação do território quer no que se refere ao planeamento quer num conjunto de intervenções muito concretas no espaço público e de regeneração urbana.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Têm particulares exigências no domínio da qualidade do serviço público prestado e os exemplos são visíveis nas áreas do atendimento público, no abastecimento de água, no saneamento e na higiene urbana, áreas estas que irão constituir prioridade na acção municipal. Por outro lado o desenvolvimento social, que compreende a educação, a cultura, o desporto, a intervenção social, privilegiará acções que contribuam para o aumento da qualidade de vida e para a formação dos cidadãos, reforçando a intervenção directa ou através das parcerias com muitas instituições no território.

Na prática o plano de trabalho para 2010 inclui ainda um conjunto que é mais vasto de actividades e acções que não estão espelhadas no Orçamento municipal e que contam muitas delas com o envolvimento da comunidade e de diversos parceiros, que em conjunto contribuem de forma muito significativa para a qualificação do território e para o desenvolvimento social, nomeadamente para a qualidade de vida das pessoas e intervenção das instituições nos mais variados domínios.

Terminada a introdução passa a explicar a orientação do Orçamento, dizendo que apresenta um valor global de cinquenta e três vírgula um milhões de euros, dois quais oito vírgula quatro milhões são receitas que provêm da utilização de empréstimos de médio prazo, concretamente dois vírgula cinco milhões de euros, de participações do QREN no âmbito dos projectos que foram candidatados pelo município e aprovados no valor de um milhão de euros, da utilização de garantias bancárias por posse administrativa dos alvarás de loteamento referidos anteriormente no valor de três vírgula sete milhões de euros e ainda na ordem de um milhão de euros da obra que será feita no âmbito do protocolo com o MAI. Das restantes receitas há a destacar os impostos directos que têm dezanove vírgula dois milhões de euros, as transferências do Orçamento de Estado que significam oito vírgula dois milhões de euros e ainda a venda de bens e serviços que significam dez vírgula cinco milhões de euros.

Os recursos financeiros são afectos às Grandes Opções do Plano em vinte e oito vírgula cinco milhões de euros, às despesas com pessoal em vinte milhões de euros e às despesas não imputadas às Grandes Opções do Plano em cerca de quatro vírgula seis milhões de euros.

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, conseguindo-se ainda uma poupança que permite financiar algumas despesas de capital respeitando desta forma o princípio do equilíbrio orçamental.

Destaca das Grandes Opções do Plano o investimento que se propõem fazer na área do saneamento, com cerca de seis vírgula quatro milhões de euros, que significa um pouco mais de vinte por cento do investimento, a educação com catorze vírgula cinco por cento, a cultura com oito vírgula três por cento, as vias de comunicação com cinco vírgula nove por cento e o desporto com quatro vírgula dois por cento.

Termina dizendo que num contexto que é difícil e muito condicionado com a crise e com a quebra de algumas receitas pensam ter conseguido uma proposta equilibrada que vai ao encontro das necessidades do concelho e que responde, e corresponde, aos compromissos assumidos com os cidadãos do concelho através do plano para o mandato apresentado ao acto eleitoral.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. José Cardoso do PSD, diz crer que a Câmara de Palmela não transitava há muitos anos com saldo negativo e eventualmente esta situação repetir-se-á nos dois próximos anos.

Já disse nesta Assembleia que a Câmara teve autoridade de fazer obra com os recursos financeiros que foi tendo ao longo dos anos, mas a crise chegou a todos e a autarquia vai ter que saber gerir orçamentos mais limitados. Este ano foram menos cinco milhões de euros e para o ano não se sabe quanto será, pelo que gostaria que a mensagem fosse assumida por todos. Não vale a pena querer mais obras se não há dinheiro para as fazer.

Terá que haver um sacrifício muito grande em tudo a que diz respeito às autarquias, freguesias e Câmaras Municipais, porque há que ter a noção que se está a atravessar uma crise muito grande e há que seleccionar muito bem o que tem que ser feito.

Teve a oportunidade de verificar que no Orçamento são respeitados todos os compromissos assumidos, inclusivamente os da protecção civil, expressando a sua gratidão pelo facto de apesar de terem sido feitos cortes a protecção civil ter sido contemplada.

Dirigindo-se à Sra. Presidente diz ter a certeza absoluta que vai ter necessidade de cortar e especialmente no supérfluo. Diz não ter dúvidas que a Câmara tem apoiado sobremaneira as instituições culturais, recreativas e desportivas do concelho. Tem sido um apoio constante, permanente e incentivador, mas será preferível cortar neste sector do que no saneamento porque todos nós devemos ficar incomodados quando ainda há pessoas que não têm água canalizada, esgotos, electricidade e caminhos adequados.

Aproveita a ocasião para dizer que existem obras que são feitas no concelho da responsabilidade do Estado, onde a Câmara não tem interferência directa, e que prejudicam claramente os habitantes do concelho. É o caso dos proprietários dos terrenos por onde passaram os camiões das obras das pontes da A2 a quem foi dito que no final das obras os caminhos seriam pavimentados, só que o trabalho não foi feito com o argumento que a Câmara não autorizava. Ao tomar conhecimento desta questão contactou os Srs. Vereadores que lhe disseram que a Câmara não faria uma coisa dessas. Sabe que a Câmara irá receber a obra, apesar de não ter interferência na mesma, mas se essa informação não for passada aos munícipes eles ficarão convencidos que a Câmara poderia ter feito mais e não fez.

Ainda em relação ao Orçamento e ao Plano de Actividades, gostaria de dizer à Sra. Presidente que temos o melhor Catavento do país, um Boletim impecável mas onde são gastos trinta mil euros num e vinte mil noutro, pelo que provavelmente terá que se fazer o Catavento bimensal e o Boletim mensal com menos tiragem e com menos custos. Compreende que todas as actividades referidas pela Sra. Presidente nos encham a todos de orgulho só que há que ver o outro lado da população. E o outro lado da população são aquelas pessoas que vivem no meio do campo sem condições, que têm que merecer da nossa parte maior carinho, maior atenção e não aquilo que crê que se tem feito nos últimos anos que é enaltecer o que de muito bom existe no concelho e esquecer um pouco o que de mau existe.

Por último alerta para uma questão que julga não estar correcta e que ter a ver com a taxa de recursos hídricos. Enquanto presidente da direcção dos Bombeiros de Águas de Moura recebeu uma carta da Administração Regional Hidrográfica do Alentejo para serem taxados com a taxa de recursos hídricos. Não é correcto que os Bombeiros que fizeram o furo e que o pagaram, que extraem a água para apagar os fogos, ainda tenham que pagar uma taxa. Tem a certeza, e convicção, que a Câmara de Palmela tem dado todo o apoio à protecção civil mas há muita coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

no país que tem que ser corrigida pelo que espera sinceramente poder contribuir para essa correcção.

Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP, em relação ao Orçamento apresentado diz ter a considerar algumas situações.

Tecnicamente parece-lhes ser um Orçamento bem elaborado e sem grandes questões a levantar, quanto ao aspecto de apresentação política tem alguns considerandos a fazer. Quando é dito que o Orçamento tem uma perda relativamente ao anterior estão a referir-se a situações do total do Orçamento e não relativamente á receita fixa dos impostos directos que é o que importa. Ao olhar para os dois valores apresentados verifica-se que o deste ano é superior, quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta mil euros em 2009 e quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e seis euros para 2010. A questão que aqui se coloca é de gestão e não de falta de verba.

Parece-lhes exagerado quando são apresentados valores para a aquisição de serviços na ordem dos doze milhões de euros para 2010, nas áreas de assistência técnica, trabalhos especializados, etc., o que não favorece muito os funcionários da Câmara porque eles existem e terão boa capacidade técnica para resolver os problemas, sem ter que estar a recorrer ao exterior. Daí resultaria uma libertação de verbas que poderiam ser usadas em investimento a favor de todo o município e não só na óptica de despesa recorrendo ao exterior.

Trata-se de um Orçamento bem elaborado e equilibrado mas não é o Orçamento do CDS e se fosse, com as mesmas verbas, fariam diferente com a canalização de mais verbas para investimento e não tanto para despesa. Quando referiu a verba para aquisição de serviços externos está a referir um aumento de dois por cento relativamente ao ano anterior, o que não se percebe numa época de crise.

Termina dizendo que em sua opinião, e por força da lei, a Assembleia Municipal deveria pronunciar-se hoje sobre o Inventário do Município, a não ser que haja medo de dizer qual o número de viaturas que a Câmara tem e que não são viaturas pesadas de trabalho efectivo.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, gostaria de colocar algumas questões e fazer algumas críticas ao executivo municipal em relação à proposta de Orçamento apresentada.

Uma das questões que o BE dá enfoque é a questão da não precariedade nas autarquias e por isso no Orçamento as despesas com pessoal não promovem a integração dos trabalhadores nos quadros da autarquia. Verificam-se despesas com contratos a termo e espera que os trabalhadores que estão em regime de avença sejam verdadeiros recibos verdes e não falsos, pelo que gostaria de ser esclarecido sobre esta questão.

Em relação às despesas com as escolas, tendo em conta os números apresentados e comparando com anos anteriores, verifica-se uma redução em relação aos edifícios o que o leva a pensar que será pelo investimento feito em anos anteriores em já se arranjam muitos edifícios.

Verifica um ponto que lhe chamou à atenção, que tem a ver com acidentes de trabalho e doenças profissionais, onde se prevê um aumento não conseguindo perceber o porquê.

Nas Grandes Opções do Plano e previsões para 2010, diminuem em grande parte as acções de prevenção e segurança no trabalho o que não bate certo com o aumento da despesa para fazer face aos acidentes e doenças profissionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Quanto às funções sociais o BE não concorda que sejam cortadas verbas num contexto social de crise, que não é causada pela Câmara de Palmela e muito menos pelo partido que a ela dirige. Em relação às escolas a acção social e os transportes estão metidos no mesmo ponto mas o grande bolo com os gastos nesta área vão para os transportes escolares. Não concordam também com a redução significativa dos gastos com o desporto escolar.

Em relação à recuperação e revitalização do Centro Histórico de Palmela, parece-lhe que os gastos principais nessa recuperação não estão no edificado. O que se falou em relação à recuperação de edifícios para trazer as pessoas para o centro de Palmela, e é isso que dá vida à vila e que traz as pessoas, não é visível uma vez que as verbas estão mais direccionadas para a iluminação, passeios e menos para a habitação. A recuperação tem a ver com algo que não está em Orçamento e que é animação do Centro Histórico. Percebe que há que poupar mas há dinheiro que se gasta e que depois volta. Existem vilas fantásticas em Portugal, como o caso de Óbidos e outras, que através da história deram volta às coisas e atraem muitas pessoas para as visitar. Gostava, e pensa que todos gostavam, que Palmela fosse uma pequena Sintra e não sabe porque é que às vezes o não é. Pergunta se a nível do Orçamento não haveria possibilidade de introduzir verbas para actividades muito concretas, periódicas, anuais, de dinamização do Centro Histórico como feira medieval e eventos do mesmo género.

Termina dizendo que as pequenas críticas que o BE faz ao Orçamento não os leva a votar contra, deixando o benefício da dúvida para a Câmara, esperando que algumas das questões levantadas sejam tidas em conta no próximo ano.

Sra. Fernanda Esfola do PS, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar gostaria de demonstrar a sua tristeza por o Orçamento contemplar tão poucas obras para a freguesia de Marateca referindo uma obra que está em curso, que vem do anterior Orçamento, e que é a rua 9 de Março em Cajados.

Encontra-se em execução a 1ª. fase que é o troço desde a EM 533 até à ponte sobre a auto-estrada. Previa-se para este Orçamento a 2ª. fase que é desde a ponte sobre a auto-estrada até à EN 10., só que não está contemplada. É uma grande tristeza para todos os moradores da rua 9 de Março, especialmente para os que moram no segundo troço, uma vez que a estrada está em muito mau estado. Termina dizendo que gostaria de obter uma explicação da Sra. Presidente sobre o assunto.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, diz que em sua opinião se trata de um Orçamento de rigor e que revela preocupações que são estruturantes na vida de um qualquer município, como o investimento na cultura, nas infra-estruturas e na actividade cultural e desportiva, na solidariedade social, na infra-estruturação do concelho e na protecção civil.

Não se pode deixar de ter em conta que o Orçamento tem que reflectir um rácio entre receitas e despesas e que a Lei das Finanças Locais, logo no primeiro ano de entrada em vigor, colocou o município de Palmela entre os dez mais penalizados a nível do país. Esta é uma realidade incontornável e ignorá-la será um acto de demagogia de quem o escamotear ou de quem o quiser negar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Mesmo neste quadro é um Orçamento que tem preocupações sociais importantes, pelo que gostaria de falar de um argumento, que é motivo de crítica, que é o rácio entre as despesas correntes e as de capital.

As despesas correntes apresentam neste Orçamento cerca de setenta e quatro vírgula um por cento em contraponto aos vinte e cinco vírgula nove das despesas de capital. Numa leitura atenta do documento é importante ver de que despesas correntes se estão a falar, até porque esse assunto, seguramente, será abordado no mapa de pessoal, porque as críticas que vêm da oposição têm normalmente a ver com as despesas com pessoal que neste caso concreto representam trinta e sete vírgula sete por cento. Para além destas, e ainda no âmbito das despesas correntes, há que ter em conta a aquisição de serviços e bens que representam vinte e sete vírgula oito por cento. Está a falar-se de um milhão e quinhentos mil euros em transportes escolares e alimentação escolar que fazem parte, em termos de Pocal, das despesas correntes. Apesar de ser uma classificação económica que é imposta pelo Pocal é absolutamente discutível, condicionando e podendo levar a leituras enviesadas do que é a despesa corrente uma vez que se associam a despesas de funcionamento. Também o é, mas inclui transportes escolares e a alimentação das crianças representando uma verba de um milhão e quinhentos mil euros.

Quanto às despesas de pessoal gostaria de referir que os trinta e sete vírgula sete por cento correspondem a um efectivo de mil e vinte e sete trabalhadores, o que dá um rácio para o município de sessenta mil munícipes de cerca de uma por sessenta. Gostaria de salientar que um dos maiores, ou maior, município da margem sul na área metropolitana de Lisboa e o maior município da área metropolitana da zona norte têm rácios da casa de um para setenta ou um para oitenta. Se considerar que o território do concelho de Palmela tem quatrocentos e sessenta metros quadrados e sessenta mil habitantes, e que os concelhos que referiu, Almada e Sintra, têm grande densidade populacional e são eminentemente urbanos com rácios desta natureza, qualquer pessoa entende que um município com esta dispersão geográfica implica uma utilização mais intensiva de mão de obra pelas deslocações que são enormes, pese embora a descentralização de competências que a Câmara tem vindo a manter, o que implica um reforço e intensidade de recursos humanos que um município de maior concentração urbana poderá numa outra escala fazer de uma forma menos acentuada. É importante conhecer estes dados nomeadamente em relação a algumas críticas que são feitas em relação a um pseudo despesismo que é feito pela Câmara nas despesas de pessoal, para comparar com os elementos disponíveis no sentido de haver uma atitude mais séria, mais rigorosa nessa apreciação.

Dentro de um quadro de constrangimentos e dificuldades financeiras que afecta a generalidade dos municípios portugueses, que não são exclusividade negativa da Câmara de Palmela, existe um esforço sério de continuidade de investimento e de dar prioridades a áreas que são estratégicas para o desenvolvimento económico e social do município. Basta ter acesso a alguns estudos como o que foi feito pela Universidade da Beira Interior, no seu Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social, que coloca a Câmara de Palmela em décimo sétimo lugar entre os municípios portugueses e dá uma melhora do seu ranking entre 2004 e 2006.

Para terminar a sua intervenção diz que a bancada da CDU não pode deixar de manifestar que o concelho tem outras necessidades que ficam por satisfazer mas trata-se de um Orçamento sério, realista e que é feito com preocupações que do ponto de vista político são merecedoras de elogio, reconhecimento e de apreciação política positiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Dr. João Completo Costa do PS, diz que se está a viver num período de crise mas que é nestes períodos que há que ser ambiciosos, ter imaginação e não ser derrotistas.

Por esse motivo, em sua opinião, o Orçamento e as Grandes Opções são pouco ambiciosas. Não basta dizer que se devia ter mais dinheiro, mas organizar o Orçamento e apostar em Grandes Opções do Plano que permitissem alavancar o desenvolvimento do concelho. Com a mesma massa global mas redistribuída de forma diferente e por rubricas que pudessem ajudar esse alavancamento, teriam de certeza um Orçamento ambicioso.

Relativamente ao Orçamento, e aqui o Sr. Membro Valentim Pinto falhou no seu espírito adivinho, não é nos custos com pessoal que irão tecer críticas porque é das poucas rubricas em que estão de acordo, à excepção de uma que são as horas extraordinárias referindo que o seu valor está orçado em quase seiscentos mil euros. Para o PS as horas extraordinárias não devem ser consideradas como um prémio aos trabalhadores, até porque roubam tempo de lazer a esses trabalhadores, existindo outras formas de premiar o trabalho que não as horas extraordinárias. Consideram que com um pouco mais de organização este valor poderia baixar significativamente.

Em relação à *locação de edifícios* orçado em seiscentos e cinquenta e dois mil euros, pensa que com o património que o município tem, com o edifício dos Paços do Concelho que já teve alguma reabilitação, e poderia ser melhor aproveitado, se poderia diminuir substancialmente o valor.

Quando se passa para *estudos, pareceres, projectos e consultoria* verifica-se que estão previstos mais de meio milhão de euros comparando com a rubrica *formação* que tem dez mil euros. Porventura se houvesse alguma transferência entre estas duas rubricas, e se a aposta na formação fosse maior, se calhar estávamos a ajudar a alavancar o desenvolvimento.

A rubrica *outros serviços* conta com um milhão, cento e oitenta mil euros e é a segunda maior rubrica da conta zero dois, zero dois, pelo que pergunta que outros serviços são estes e como é que pode ser a segunda com maior valor nesta rubrica.

Ao analisar a conta zero sete verifica-se uma outra rubrica *outros* com mais de quatro milhões de euros, pelo que pergunta o que são estes outros.

Em sua opinião se algumas destas verbas fossem canalizadas para rubricas potenciadoras de desenvolvimento, sem alterar a massa global, estariam perante um Orçamento ambicioso e que pudesse catalizar e trazer mais empresas, se o investimento no turismo fosse maior, e se houvessem mais eventos para promover o turismo, inclusive para formação da população nessa área, no sentido de ajudar mais as actividades locais para não acontecer o que se está a passar com a Lear. O importante é criar postos de trabalho e desenvolver actividades locais que fiquem e perdurem, para isso a Câmara terá que apostar em actividades que dinamizem e que ajudem ao seu desenvolvimento.

Relativamente às Grandes Opções do Plano a crítica que o PS faz tem a ver com a falta de enquadramento político das Grandes Opções. Não defendem grandes textos, onde oitenta por cento são palha, mas seria importante que estivesse definida a estratégia da Câmara e o que irão privilegiar, quantificar metas e nomeadamente a qualidade do atendimento. Seria muito importante os munícipes saberem quais são as estratégias da Câmara e onde é que aposta, até mesmo para organização interna e para aferição do cumprimento dos objectivos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do CDS/PP, diz ter um pedido de esclarecimento e dois apontamentos.

Refere que o Sr. Membro Valentim Pinto explicou a despesa com pessoal baseando-se num rácio, o que não é mais que um minimizador da condição profissional de cada um dos funcionários. Os funcionários não são rácios, deveriam ser necessários pela qualidade de quantidade de trabalho que produzem. Não interessa ter um rácio de um para sessenta se produzirem pouco. Se a nível de cada departamento e de cada serviço se soubesse que o acréscimo de mais uma unidade profissional não teria impacto no acréscimo de quantidade e qualidade de trabalho faria sentido, do seu ponto de vista falar em rácios não faz sentido. Talvez a despesa pública pudesse ser reduzida se de modo concreto se avaliassem os serviços e a produtividade desses serviços e a motivação dos seus funcionários.

Em relação à intervenção da bancada do PS diz que desta vez acertaram no alvo, porque este Orçamento parece ser tendencialmente para outros uma vez que existem rubricas *outros* não discriminadas onde cabe tudo ou quase tudo.

Em relação ao pedido de esclarecimento, refere a rubrica dois ponto quatro ponto três onde está prevista a verba de três milhões quinhentos e oitenta e um mil e quatrocentos euros para execução de obras de infra-estruturas em substituição dos titulares dos alvarás de loteamento. Na proposta apresentada, ponto 1 - Orçamento, é referido a utilização de garantias bancárias por posse administrativa de alvarás de loteamento com um valor de três milhões e setecentos e oitenta mil euros havendo uma perca de duzentos mil euros. Pretende saber se é realmente uma perca, se estas duas rubricas serão complementares ou para onde será encaminhada essa diferenças de verbas.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, refere que irá responder a algumas das questões concretas colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia.

Diz que a pergunta sobre o que são as despesas *outros* é recorrente na Assembleia Municipal mas percebe que essa dúvida se possa colocar. Ora essa rubrica existe porque o Pocal obriga a que despesas como as que se pagam à Amarsul e à Simarsul, sistemas multimunicipais onde o município está inserido, sejam consideradas em termos de contabilidade como *outros trabalhos especializados*.

Em relação aos loteamentos em que a Câmara irá intervir em substituição dos promotores, têm a continuação da intervenção em 2011 e por isso é que se encontra a diferença de verbas.

Quanto ao comportamento dos impostos o que preocupa a Câmara Municipal é o comportamento dos impostos indirectos, concretamente as taxas de loteamentos sendo aí que existe uma perda significativa. Ainda não se nota tão expressamente no Orçamento de 2010 porque ainda assim se está a trabalhar, de acordo com o que o Pocal impõe, com as médias dos últimos vinte e quatro meses e o ano anterior foi menos mau do que o corrente ano. A perda nas taxas de loteamentos, como já referiu anteriormente, ronda os cinco milhões de euros. Quando se elaborar a Prestação de Contas haverá oportunidade de verificar que este comportamento não é igual em todas as receitas porque senão a situação seria muito mais complicada. Felizmente os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

impostos indirectos não se comportam desta maneira. Durante anos perdeu-se dinheiro na passagem da Contribuição Autárquica para o IMI mas já se recuperou, verificando-se este ano que estes impostos se aproximam muito das expectativas podendo até superá-las. As taxas de loteamentos são a receita que reflecte mais directamente a situação económica que se vive e os resultados da crise, uma vez que as empresas de construção civil deixam de promover as obras que vinham desenvolvendo e o resultado concreto é a existência de um conjunto de loteamentos aprovados na Câmara e que só não têm os alvarás emitidos porque os promotores não pagam as taxas.

Em relação à apresentação do Inventário diz que tem que ser aprovado no momento em que foi elaborado, tendo isso acontecido em 2002, pelo que não tem que voltar à Assembleia.

Quanto aos edifícios refere que neste Orçamento está prevista uma verba menor porque uma das propostas em que irão intervir tem a ver com a execução de um novo edifício para a Administração Urbanística, no Centro Histórico junto ao edifício dos Paços do Concelho, propondo-se encontrar outras formas de execução financeira provavelmente com recurso a leasing. Uma vez que ainda não está definido não tem que vir ao Orçamento com o montante final que vier a custar o projecto uma vez que terá outra solução financeira.

A propósito dos gastos com desporto escolar tem a dizer que a redução é mínima e que decorre dos projectos previstos e que são possíveis de realizar em 2010. A este respeito aproveita para informar que foi atribuído à Câmara Municipal o primeiro prémio, do Prémio de Qualidade da AMRS, com o projecto dos Jogos Desportivos Escolares. Tratou-se de um reconhecimento que muito honrou o município e foi um dos três prémios que vieram para o concelho. Para além deste houve uma Menção Honrosa noutro projecto na área do atendimento e ainda um para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo. O projecto dos Jogos Desportivos Escolares, apesar da quebra financeira, é um projecto que irá continuar a ser desenvolvido e é exemplo do trabalho de qualidade em que procuram apostar.

No que diz respeito às despesas com pessoal gostaria de esclarecer que, de facto, não existem trabalhadores em situação precária. Existem sessenta e seis trabalhadores contratados a termo, parte deles em processo de reconversão no sentido de verem o seu vínculo transformado em trabalhadores contratados por tempo indeterminado. Por outro lado socorreram-se do procedimento dos contratos a termo em situações em que não era possível fazer outra coisa, como aconteceu com os auxiliares que tiveram que ser contratados para as escolas porque se tivesse que ser feito um procedimento alternativo quando começasse o ano lectivo os quadros ainda não teriam os trabalhadores necessários. Esses são alguns dos concursos que estão previstos realizar e que constam no Mapa de Pessoal que será hoje apreciado. Existem quinze avenças em áreas técnicas e assessorias específicas que correspondem a relações contratuais que não tinham alternativa nem razão de ser noutro cenário, como é o caso dos médicos do trabalho que não tem sentido quadros da autarquia.

Refere que os gastos com informação e comunicação são gastos relativamente insignificantes no conjunto da despesa. Uma parte muito significativa dos gastos nesta área são feitos com recurso aos serviços com trabalhos feitos internamente, o que também é uma opção política e um estilo de gestão própria. Informa que também são feitos trabalhos para terceiros, nomeadamente para o movimento associativo, divulgando das suas actividades. Os valores dispendidos com informação à população são também um factor de investimento na formação das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

peçoas, porque não é possível intervir sem informação, para exercício da cidadania e intervenção na vida municipal.

Quanto às questões relacionadas com o Centro Histórico diz lamentar mas Palmela não é Sintra, e apesar de muitos gostarem de Sintra também muitos gostarão de Palmela, assumindo que não se irá transformar em Sintra porque não tem dimensão nem escala o que é bom em certos aspectos. Já em tempos disse numa sessão da Assembleia que é bom conhecer aquilo que se realiza e o que se faz em Palmela. No anterior mandato, e em relação ao festival do chocolate em Óbidos, deu o exemplo de que em Palmela não existe uma feira medieval mas já houve outros acontecimentos únicos e que na altura em que aconteceram foram pioneiros no distrito e até no país. Actualmente existem iniciativas que são únicas como o FIAR – Festival Internacional de Artes de Rua que decorre no Centro Histórico e promove um espectáculo, reconhecido internacionalmente, que é o “Pino do Verão”. Na vila e no concelho acontecem ao longo do ano um conjunto de iniciativas vastíssimas que promovem o território, os valores e os parceiros locais e afirmam novas formas de fazer arte recorrendo às nossas tradições e às nossas gentes como são os casos das Noites de Verão, dos Mercadinhos, das Janeiras e da Queima do Judas. Estão todos de acordo que é necessário fazer obras de intervenção e de recuperação no Centro Histórico, mas existem actividades e uma manifestação da identidade que não deixa perder para ninguém, nem para Óbidos nem para Sintra.

Compreende a tristeza manifestada pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca pelas poucas obras que estão previstas para a freguesia. Ainda assim gostaria de dizer que estão contempladas em Orçamento as obras com as quais estavam comprometidos, como a rua Sesmarias do Pato, a obra de infra-estruturas da rua Nova do Vale, obras de remodelação da rede de águas, pavimentação de um troço de estrada entre a EN10 e o Zambujal, o projecto do Centro Cívico de Águas de Moura mas não está contemplada a 2ª. fase da rua 9 de Março. Na altura falaram sobre esta obra e concluíram que a rua tinha uma dimensão muito significativa e com um uso desigual. Ou seja sendo dividida a meio e tendo duas partes distintas tem um uso desigual, com um primeiro troço mais movimentado e mais urgente, que foi o que decidiram fazer, e outro que era menos urgente. Estas opções foram partilhadas em reunião com a Sra. Presidente da Junta, tal como foi feito com os outros Srs. Presidentes de Junta, e essa sugestão não surgiu mas estarão disponíveis para discutir no próximo ano, a propósito das Grandes Opções do Plano e do PPI para os anos seguintes, esta reprogramação. Na opinião da Câmara a continuação da rua 9 de Março seria menos urgente do que as outras obras, havendo a possibilidade de acrescentar a obra no próximo ano se o Orçamento assim o permitir.

Quanto à ideia de usar o Orçamento para alavancar o desenvolvimento do concelho gostaria de reagir à crítica em geral. Em sua opinião, tal como o Sr. Membro João Completo disse, a estratégia não se vê e as opções não se traduzem de forma mais clara pelo facto de se escreverem muitas folhas. A Introdução, se há um mérito que tem é que, é absolutamente clara e concisa acerca das prioridades e há uma coisa que não podem dizer é que não há coerência entre as prioridades assumidas e descritas sumariamente e o que do ponto de vista financeiro está espelhado em Orçamento. Basta recordar o que está escrito no documento distribuído e por outro lado na proposta. Na sua introdução teve oportunidade de referir as percentagens que eram destinadas a cada uma das áreas e pode-se constatar que cumprem com aquilo que foi traduzido na intervenção. O Orçamento traduz prioridades, funções que em conjunto registam o maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

investimento que se propõem fazer, o que é sinal de coerência com as prioridades definidas. A estratégia para o território está plasmada em documentos que têm outra dimensão que não nos documentos previsionais que são o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. A estratégia do município encontra-se plasmada no Plano Director Municipal, em vários planos sectoriais desenvolvidos e onde se trabalha de forma mais destacada e detalhada as opções para cada uma das áreas. Através do plano de trabalho para o mandato, apresentado nas últimas eleições, foi feita uma proposta aos cidadãos onde se falava na necessidade de investir na área social, na área da qualificação do território e na qualificação do serviço público. No Plano de Actividades encontram-se reflexos dessas propostas, mas é evidente que este documento pode ser tratado de forma diferente e é possível escrever-se muito mais páginas com as opções ou até, seguindo o exemplo do Governo, plasmando o plano eleitoral no Plano de Actividades e Orçamento da Câmara obter-se-ia um documento que nenhum dos Srs. Membros da Assembleia poderia acusar de ter falta de orientação e de opções estratégicas. Entenderam não ser assim porque os documentos previsionais respeitam a lei, os princípios do Pocal e são claros, concisos e objectivos. Também é possível observar no Orçamento, e naquilo que se propõem fazer, algumas opções para desenvolver o concelho. Gostaria de recordar que quando fazem investimentos em algumas actividades económicas, que não são competência da Câmara, valorizando os produtos locais, promovendo o vinho e o queijo de Azeitão, promovendo e valorizando as frutas, estão a contribuir para uma estratégia de desenvolvimento do concelho e poderiam fazer reverter estas verbas a favor de outras rubricas do Orçamento, e até em áreas onde têm mais obrigações do ponto de vista legal, mas entendem isso como uma opção que se pode ver no Orçamento.

Em relação ao peso dos gastos com cultura, tem a dizer que mesmo que assim fosse era coerente com a opção estratégica da Câmara. Se as opções são a valorização do desenvolvimento social é evidente que a cultura é parte integrante desse desenvolvimento social e tinham que manter essa aposta. Apesar de tudo, infelizmente, não conseguiram manter a aposta tanto quanto queriam porque uma das verbas mais significativas, e que contribui para elevar o valor da cultura, é a obra ou seja o investimento que está a ser realizado no Cine-Teatro São João.

No que se refere aos gastos com transportes escolares e auxílios económicos directos, gostaria de sublinhar que apesar de não terem assinado o protocolo com o Governo que imputava novas responsabilidades em termos de educação, e não o fizeram à semelhança de muitas outras Câmaras por opção política, cumprem com aquilo que é obrigação em matéria de alimentação escolar, apoios aos alunos carenciados e com uma função que no concelho assume particular significado que são os transportes escolares. Neste caso, sendo que os custos financeiros assumidos são na ordem do milhão e meio de euros, têm ainda um conjunto de custos indirectos que não são facilmente estimáveis, porque não existe contabilidade analítica para cada uma das unidades orgânicas, que são os custos com os transportes, com os combustíveis e com os motoristas do município, que têm que fazer horas extraordinárias. E estas horas extraordinárias não são para dar prémios aos trabalhadores, até porque politicamente não concordam com o conceito de prémio introduzido na administração pública não o praticando. Ao contrário as horas extraordinária realizadas são indispensáveis para concretizar as tarefas. Os motoristas que têm que realizar os transportes escolares a determinadas horas, para entradas na escola às oito horas, têm que começar a trabalhar muito antes da sua hora normal e para concluir a sua tarefa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

têm que terminar fora das horas normais de serviço. Entre horários de turnos que existem em várias divisões e trabalho extraordinário que tem que ser realizado não há outra forma de cumprir as tarefas. Termina a sua intervenção dizendo que actualmente os gastos com educação se traduzem em inúmeras e pesadas verbas.

Sr. Presidente da Mesa, refere que já foi produzida uma boa discussão sobre o assunto mas ainda há pedidos de intervenção pelo que solicita sejam o mais sucinto possível.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, pergunta se nas despesas com pessoal estão incluídos os gastos com serviços de assessoria.

Faz uma referência ao quadro apresentado na página dois da proposta que não está correcto porque ao efectuar as somas falta zero vírgula um por cento do Orçamento. Trata-se de uma questão de rigor que deverá ser observada.

Sr. Dr. João Completo Costa do PS, diz que Orçamento e a questão da estratégica dava uma conversa para muitas horas, mas apenas gostaria de fazer um pequeno reparo aquilo que a Sra. Presidente disse sobre as horas extraordinárias dos motoristas. Presume que essa situação se passe diariamente o que é ilegal, porque consubstancia trabalho efectivo e as horas extraordinárias são só para picos.

Sra. Presidente da Câmara, em relação à questão colocada pelo Sr. Membro Fernando Nascimento diz que nos vinte milhões de euros das despesas com pessoal está incluído o pessoal em regime de tarefa e avença.

Quanto à questão das horas extraordinárias pode acontecer que um motorista tenha que fazer horas pelas mais variadas circunstâncias, mesmo tendo um horário desfasado, e até porque não é o mesmo motorista a entrar todos os dias antes da sua hora e sair depois da sua hora. Têm um conjunto de motoristas, cujo serviço é rotativo, que têm que assegurar um conjunto de serviços e basta faltar um para ter que por outro a fazer horas e cumprir com aquela tarefa. Esta situação acontece regularmente existindo muitas outras situações em que os trabalhos extraordinários não são coisas que acontecem todos os dias, mas acontecem quando têm que acontecer para resolver tarefas que acontecem todos os dias. O apoio ao movimento associativo com a cedência de autocarros acontece à noite mas sobretudo ao fim de semana e são actividades extraordinárias não podendo ser consideradas actividades normais.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 6 votos contra do PS e 5 abstenções (2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, apresenta declaração de voto dizendo que o sentido de voto da sua bancada, pela abstenção, justifica-se pelo facto de não ser o Orçamento do CDS, que seria diferente, mas por outro lado não podem estar contra a importância das obras que estão invocadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

3 – Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento de investimentos municipais no valor de €2.762.250,00

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, numa forma muito simples e para situar melhor os Srs. Membros da Assembleia Municipal refere que, face à situação prevista para 2010 do ponto de vista de realização de receita, consideraram a necessidade de recorrer a mais um empréstimo bancário para poder concretizar uma obra que tinham candidatado ao QREN, esperando uma comparticipação que poderia ser de setenta e cinco por cento do investimento, para reforço do sistema de abastecimento de água a Pinhal Novo e que não foi aprovada.

Houve ainda outras duas obras que, sendo co-financiadas têm uma comparticipação própria muito elevada, são as escolas de Lagameças e Lagoa do Calvo que vão ser transformadas em Jardins-de-infância. Perante estas obras acharam que, tendo capacidade de endividamento e de concretização, deveriam fazer um esforço para realizá-las e para não prejudicar outros investimentos se deveriam socorrer de financiamento bancário.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do CDS/PP, diz que existem duas questões que gostaria de ver esclarecidas e que daí dependerá o sentido de voto da sua bancada.

Pretende saber o porquê da não aprovação, o que é que esteve na sua base, qual o fundamento e quem fez a proposta ao QREN. Pergunta também porque é que se decidiu avançar com o investimento sem haver uma resposta afirmativa, uma vez que se isso tivesse sido feito não se estaria hoje aqui a discutir mais um endividamento.

Sr. Pedro Taleço do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes e votos de boas festas.

Diz que de forma, simples e directa, o Partido Socialista defende, por princípio, o Investimento Municipal, considerando que o adiamento ou atraso de obras estruturantes, para além de prejuízos de índole financeira, acarretam outros custos, igualmente importantes, não quantificáveis, para a qualidade de vida dos munícipes. Assim votarão a favor deste empréstimo a longo prazo no valor de dois milhões setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta euros.

Não obstante, gostariam de levantar algumas questões e reflexões relativas à informação disponibilizada pelo executivo.

Após a contracção deste empréstimo a capacidade de endividamento utilizada cifra-se em setenta e nove vírgula cinco por cento, o que traduzido em euros representa praticamente vinte milhões de euros que correspondem a um encargo total em 2010 de um milhão novecentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

noventa e nove mil, duzentos e setenta euros dos quais um milhão e trezentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta euros são amortizações e seiscentos e vinte sete mil, seiscentos e noventa euros os respectivos juros.

Prevê o executivo uma redução da capacidade de endividamento utilizada para sessenta e dois vírgula quatro por cento ao longo dos próximos quatro anos, pelo que pergunta se para além do término de alguns empréstimos cujo somatório dos capitais em dívida serão a 31 de Dezembro de 2010 pouco mais de quatrocentos mil euros, esta previsão representa um compromisso de não contracção de mais empréstimos a médio e longo prazo durante este mandato?

A previsão parece-lhes pouco credível, pois apresenta um estimativa de receitas constantes, o que considerando o ciclo de crise económico que atravessamos (abrange pelo menos parte dos quatro anos) torna muito provável a ocorrência de situações extraordinárias que afectem de forma negativa as receitas, como por exemplo o futuro encerramento da LEAR, estamos perante um conjunto de valores meramente circunstanciais e sem dúvida optimistas. Em sentido inverso a progressiva melhoria da economia implicará o aumento da taxa referência Euribor, que como se sabe se encontra em mínimos históricos, com consequência pesadas ao nível do encargo anual da autarquia, que como já referimos se situará em 2010 nos dois milhões de euros.

Em relação às obras, propriamente ditas, questiona o Partido Socialista se o anunciado reforço do abastecimento de água em Pinhal Novo se destina a servir as novas urbanizações, ou se vai de facto resolver a questão antiga da falta de pressão da água, que se sente de forma bem vincada em horários de picos de consumo em especial pelos munícipes que residem no lado sul do Pinhal Novo.

No que diz respeito à ampliação e remodelação da EB1 de Lagoa do Calvo e Lagameças para Jardim de Infância sugere o Partido Socialista que exista uma reflexão acerca das discrepâncias das diversas obras no parque escolar no que diz respeito ao investimento versus salas de aulas criadas. Obviamente que percebem que as obras não são iguais, que ampliações e remodelações usualmente são mais dispendiosas que construir de raiz, no entanto como se explica que vinte e duas salas de aulas na Escola Aberto Valente tenham custado dois vírgula um milhões de euros, dez salas no Poceirão seiscentos mil euros e que apenas quatro salas em duas escolas apresentem um custo total de um vírgula quatro milhões de euros ou seja trezentos e cinquenta mil euros por sala.

Termina a sua intervenção dizendo que reforçam as preocupações do Partido Socialista face ao nível de endividamento da autarquia. No que aos empréstimos a médio e longo prazo diz respeito a capacidade de resposta aos necessários investimentos na próxima década está literalmente hipotecada.

Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD, diz que considerando o mérito e a necessidade do investimento o PSD votará favoravelmente o empréstimo. Todavia, e em nome do interesse público, informam que estarão vigilantes quanto à sua execução.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, refere que é com agrado que vê na proposta um gasto substancial com a escola pública, no entanto solicita esclarecimento em relação à obra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

perguntando se, se, trata de uma remodelação de escola de 1º. Ciclo com Jardim-de-infância ou transformar a escola do 1º. Ciclo num Jardim-de-infância.

Sra. Presidente da Câmara, esclarece que se trata da transformação da escola em Jardim-de-infância.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, responde dizendo que está esclarecido em relação aos gastos que são maiores porque os Jardins-de-infância são uma realidade diferente. Termina dizendo que o BE concorda inteiramente com a proposta.

Sra. Fernanda Esfolo do PS, ausenta-se da sala cerca das 00,07 horas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se a Sra. Presidente pretende usar da palavra.

Sra. Presidente da Câmara, em relação à obra de remodelação das escolas diz que são duas escolas e não quatro salas de aulas, o que é diferente, tratando-se da adaptação das escolas para Jardins-de-infância. Quanto à comparação com outras escolas gostaria de salientar que no caso da escola de Poceirão se tratou de um projecto tipo do Ministério da Educação, seguindo o projecto da escola de 2º. e 3º. Ciclo já instalada no local, que a nível do mercado tem preços diferentes.

Em relação ao facto de não ter sido aprovada a candidatura do reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo diz que o argumento usado foi que de acordo com o estudo de viabilidade que foi apresentado o projecto indicava que o fundo perdido não era necessário porque o projecto, em vinte anos, pagaria o que se iria investir. Formalmente esta foi a razão para não ter sido aprovado, apesar de ter sido uma candidatura reconhecida como tecnicamente bem feita, muito bem fundamentada mas que de acordo com o estudo de viabilidade económica apresentado não se justificava o fundo perdido. No entanto pensam que poderão haver outras razões que têm mais que ver com competição em relação a outras candidaturas, nomeadamente as que vêm dos sistemas em alta das Águas de Portugal e no âmbito do PEASAR 2 que indiciava um forte pendor para aprovação deste tipo de candidaturas.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 23 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 2 do PSD e 1 do BE) e 2 abstenções do CDS/PP. Aprovado em minuta.

4 – Empréstimo bancário de curto prazo no valor de €2.000.000,00

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sra. Presidente da Câmara, refere que a decisão deste empréstimo tem a ver com uma medida de cautela, ou seja a Câmara tem algum receio que as receitas que irão ser arrecadadas durante o ano de 2010 possam não corresponder inteiramente às necessidades nos primeiros meses do ano. O usual é que o IMI e a Derrama sejam entregues em Maio e Agosto, significando que nos primeiros meses do ano poderá haver incapacidade de fazer face às despesas que acontecem normalmente. Como o comportamento das receitas tem sido desigual no ano corrente não se perspectiva o que irá acontecer em 2010, uma vez que o IMI e o IMT têm crescido em contrapartida com a Derrama a diminuir e sobretudo a diminuição muito significativa das taxas de loteamento. Em consequência o saldo a passar para 2010 será negativo não havendo outra forma de fazer face à despesa normal do início do ano uma vez que a receita normal só entrará em Maio. O empréstimo só será utilizado se for necessário e no montante exacto em que for necessário.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sra. Arqta. Ana Cristina Cunha do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes e votos de bom natal e bom ano de 2010.

Relativamente à proposta em discussão, diz que a pretensão faz suscitar da bancada do PS algumas considerações.

Em primeiro lugar, na perspectiva do PS, dever-se-ia ter evitado a todo o custo chegar-se a este ponto. Certamente que uma melhor organização e um maior grau de previsibilidade das dificuldades que a nível económico e financeiro todo o nosso país tem vindo a ser fustigado tal situação deveria ter sido acautelada e salvaguardada.

Impõe-se ainda que sejam questionados os custos financeiros que tal prática acarreta, o que se agrava se for tido em conta que a autarquia é considerada das mais ricas do país.

Por último gostariam de saber qual o prazo médio de pagamento a fornecedores efectuado pela autarquia.

Sr. José Cardoso do PSD, diz que é natural que a duas semanas do final do ano não haja disponibilidade de tesouraria. Tendo em conta que os contactos com a banca serão efectuadas segunda-feira, na eventualidade das verbas serem utilizadas no início do ano, acha que os timings são muito apertados e se não houver prioridades é possível que a banca não possa disponibilizar os montantes de imediato.

Concorda que, em termos de precaução, sejam tomadas as providências necessárias porque se a Câmara não pagar de certeza que vai complicar ainda mais a vida às pessoas que dependem dela. O PSD irá abster-se dado tratar-se de uma medida de gestão.

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do CDS/PP, em relação à proposta e segundo percebeu está a propor-se à Assembleia Municipal que se pronuncie para contracção de um empréstimo por dificuldades de tesouraria e por eventual necessidade de verbas. Nesta altura não existe a certeza se o empréstimo irá, ou não, ser necessário.

Supõe e é opinião do CDS que este empréstimo deveria vir à Assembleia quando houvesse, em concreto, a necessidade do mesmo. Neste momento a Câmara está a endividar-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

por eventual necessidade, o que é um precedente para pagamento de outras dívidas, pagando juros e encargos por eventual necessidade.

Termina a sua intervenção solicitando esclarecimento, em concreto, sobre a necessidade da contracção deste empréstimo.

Sra. Presidente da Câmara, esclarece que aquilo que a Assembleia estará porventura a autorizar é no sentido da Câmara contrair o empréstimo, pedindo dinheiro à banca, usando o dinheiro se for necessário e só pagando por aquilo que usa.

Esta situação é diferente das finanças particulares que ao solicitar empréstimo ao banco tem pagar uma vez que o dinheiro vai para a conta. Neste caso concreto a verba, após ser contratualizada com a entidade bancária que apresentar melhores condições, só virá para a conta da Câmara se for necessário e é sobre isso que paga.

Admitindo que em vez de se passar com saldo negativo se passará com um saldo positivo de cinco milhões de euros, num cenário meramente hipotético, não será necessário utilizar o empréstimo e não se pagará nada por isso.

Reafirma que se trata duma medida de prudência uma vez que se tem recebido algum dinheiro nos últimos dias, nomeadamente do IMT, mas não se irão conseguir os valores previstos em Orçamento.

Uma característica deste empréstimo de curto prazo é que tem que ser pago até final do ano de 2010, sendo considerados actos de gestão e não precisando do visto do Tribunal de Contas.

Refere que a verba não será necessária nos primeiros dias de Janeiro mas sim durante os primeiros meses do ano antes de Maio. Ao passar-se com um saldo negativo de montante significativo será muito difícil viver os primeiros meses do ano a aguardar a receita que entrará em Maio e daí a decisão de contrair o empréstimo.

No caso da Câmara de Palmela é a primeira vez que se propõe uma medida desta natureza, mas na generalidade as Câmaras socorrem-se e utilizam esta figura. Os empréstimos de curto prazo para financiar tesouraria são coisas que acontecem com muita regularidade em cada ciclo anual.

Gostaria de dizer que não é verdade que a Câmara de Palmela seja uma das mais ricas do país. Tem uma situação de gestão confortável e correcta, o que faz com que esteja bem posicionada quando comparada com vários outros municípios, mas isso não significa que seja uma das Câmaras mais ricas do país. Existe alguma capacidade de gerar receita própria, a dependência do Orçamento de Estado não ultrapassa os dezassete/dezoito por cento mas isso motivo para ser uma Câmara rica. Tem é havido uma grande preocupação em matéria de gestão de manter equilíbrio e isso traduz-se em recursos.

Por fim refere que habitualmente procuram pagar aos fornecedores com uma média de três meses de distância da contracção da despesa o que significa que continuam a ser das entidades, dentro da administração pública, que ainda assim paga em situações consideradas mais razoáveis. Não gostariam de alterar esse dado e de fazer com que os fornecedores passassem a ter médias de recebimento de seis meses e um ano, daí a proposta de contracção do empréstimo.

Sra. Fernanda Esfola do PS, retoma participação nos trabalhos cerca das 00,22 horas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE) e 10 abstenções (6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

5 – Alteração do n.º 2 da cláusula 1.ª do contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo no valor de €8.000.000,00

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que é um dos empréstimos que estão em curso tendo sido aprovado em 2007 e destinava-se a financiar obras em 2008 e 2009.

Tal como a proposta refere termina em Junho de 2010, mantendo-se as obras para as quais o empréstimo foi contratualizado, propondo-se reafectar os montantes a financiar como consequência do facto de não se ter conseguido realizar até ao momento da obra prevista nos Paços do Concelho, por razões técnicas, e também porque outras obras foram adjudicadas em montantes superiores ou inferiores aqueles que estavam previstos.

O que se propõe neste momento é rectificar as verbas das adjudicações para as verbas rigorosas e por outro lado reafectar a verba prevista para os Paços do Concelho.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Cardoso do PSD, refere que estão de acordo com a proposta, embora a posição seja de abstenção, mas gostaria de chamar a atenção da Sra. Presidente da Câmara para um facto.

A construção da escola EB1 de Poceirão, segundo crê, foi orçamentado em novecentos e cinquenta mil euros e acabou por custar setecentos e cinquenta e três mil. Trata-se de um factor importante uma vez que a empresa que fez esta obra, não tendo nenhuns interesses na mesma, também fez o quartel dos Bombeiros de Águas de Moura tendo cumprido integralmente o preço da obra. Exemplos destes são para ter em consideração e não os desvios enormes que se fazem em obras quer nas Câmaras quer no país.

Sr. Dr. Pedro Barosa do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes agradecendo a gentileza Sra. Presidente da Câmara ao ter sido brindado com uma oferta logo na primeira vez que participa nos trabalhos da Assembleia.

Diz ter duas questões a colocar e a primeira tem a ver com o edifício dos Paços do Concelho. Tratando-se da sede da edilidade, dum edifício que é o símbolo do Centro Histórico e um símbolo arquitectónico de Palmela e apresentando o mesmo, pelo menos para aqueles que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

estão mais atentos, alguns sinais de degradação, pergunta quais foram as razões técnicas de força maior que levaram a que a obra não fosse para a frente.

A segunda questão também é muito objectiva e tem a ver com a recuperação do edifício do Cine-Teatro São João, pelo que gostaria de saber quais as razões que estiveram por detrás do desvio entre os montantes previstos e os adjudicados.

Sra. Presidente da Câmara, diz que em relação à obra do Cine-Teatro São João diz que não estava toda afectada ao empréstimo, ou seja não há uma diferença entre aquilo que estava estimado e o custo da obra. Foi estimado grosseiramente afectar uma parte da obra ao empréstimo e no final, depois de adjudicada e depois de decididos alguns pormenores relativamente à intervenção que tinha que ser feita, propõe-se reafectar o valor mais elevado.

No caso da obra da escola de Poceirão quando foi contratado o empréstimo, em 2007, o projecto ainda não estava concluído e aí foi ao contrário porque se estimou um valor mais alto. Uma vez que se adoptou o projecto tipo do Ministério da Educação facilitou de certa maneira o custo.

Em relação ao edifício dos Paços do Concelho diz que existem duas situações diferentes que impediram a intervenção. O edifício tem sido intervencionado em obras muito imediatas e consideradas provisórias. Posteriormente, e apuradas que foram todas as intervenções a efectuar, concluiu-se que só pode ser intervencionado se o edifício ficar vazio ou seja têm que ser retirados todos os serviços e respectivos trabalhadores. Isso significa que a intervenção fica dependente de outra intervenção que permitirá instalar, provisoriamente, todos os trabalhadores que estão nos Paços do concelho. Torna-se uma intervenção muito mais complicada dependente do lançamento da obra do edifício da Administração Urbanística, que comportará uma folga que permitirá instalar o atendimento municipal, e que em conjunto com outras instalações permitirá desalojar todo o edifício. Este levantamento também não estava concluído quando foi tomada a decisão de contrair o empréstimo em 2007 e daí constar na proposta.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE) e 10 abstenções (6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2010

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, apresentar o Mapa de Pessoal em conjunto com o Orçamento e Plano de Actividades para 2010 é um acto obrigatório por lei.

Gostaria de sublinhar que o Mapa de Pessoal para 2010 mantém no essencial os postos de trabalho que existem actualmente que são mil e vinte sete, ocupados por trabalhadores em exercício de funções, que significa uma redução de catorze postos de trabalho relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Mapa de 2009. Por outro lado existe ainda um número de postos de trabalho vagos, num total de quarenta e seis, que será possível preencher no âmbito de procedimentos concursais que estão a decorrer num total de vinte e seis postos para os casos referidos anteriormente a propósito dos trabalhadores contratados a termo para as escolas. Os restantes vinte postos poderiam ser preenchidos mas de momento não existe essa necessidade.

A expectativa é que, de entre os que existem neste momento, entre o conjunto de trabalhadores que provavelmente se aposentará durante o ano de 2010 e os vinte e seis postos que se estimam preencher efectivamente, o Mapa de Pessoal se mantenha sensivelmente na mesma durante o ano de 2010.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sra. Eng^a. Julieta Rodrigues do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Sobre o Mapa de Pessoal a bancada do PS tem o entendimento que a orgânica dos serviços da Câmara será pautada por vários critérios, dos quais destacam a eficácia e a colaboração entre serviços.

Por aquilo que lhes é dado apreciar, pela leitura do Mapa de Pessoal que foi distribuído e tendo em consideração esses critérios, verificam que nalguns casos existe alguma falta de colaboração entre serviços evidenciada pela repetição de valências em várias divisões e departamentos. Há assim um acumular em termos de aumentar a eficiência e capacidade de resposta aos munícipes. Com isto querem dizer que com os recursos disponíveis seria possível prestar um melhor serviço aos munícipes.

Por outro lado o peso da despesa que o pessoal representa no Orçamento, apesar da Sra. Presidente ter referido que não haveria aumento de pessoal no quadro o que é bom, é bastante significativo. Não obstante, o sentido de voto da bancada do PS para a presente proposta, será a abstenção.

Termina a intervenção desejando em seu nome pessoal, e da bancada do PS, votos de boas festas e um bom ano aproveitando o ensejo para agradecer à Sra. Presidente da oferta que recebeu.

Sr. José Cardoso do PS, já o disse há quatro anos atrás e continuará a dizer que a Câmara de Palmela com a dispersão que tem das suas instalações é forçosamente obrigada a ter muita gente, em sua opinião gente a mais.

Não quer dizer que essas pessoas não trabalhem, no entanto não é tão optimista como o Sr. Membro Valentim Pinto que fez uma análise comparativa com outros concelhos. Não interveio nessa altura porque aguardou a discussão da presente proposta para se pronunciar sobre a matéria.

Não é possível pedir ao executivo camarário, e a Sra. Presidente na explicação das horas extraordinárias deu isso a entender, que controle mais de mil trabalhadores. Esse trabalho tem que ser feito hierarquicamente pelos chefes de divisão e chefes de serviço e responsabilizar-se porque o que se poupar em pessoal, de certeza que a Câmara não vai colocar a prazo no banco, vai ser investido noutras coisas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Não há que ter dúvidas que, em mil e vinte sete, há trabalhadores exemplares mas há outros que dão uma má imagem à Câmara. Quantas e quantas vezes não se vêem os trabalhadores às quinze e trinta horas a olhar para o relógio e de malas feitas para se irem embora. Sem por em causa a dignidade que os trabalhadores da Câmara merecem na sua globalidade, e faz questão de dizer que está absolutamente convencido que noventa por cento são bons funcionários, qualquer um dos presentes não terá dúvidas que há maus funcionários e esses maus funcionários, bastando ser dez por cento, dão uma imagem para o exterior muito maior.

Aproveita a oportunidade de estar a falar do Mapa de Pessoal, em que o PSD se irá abster, para chamar a atenção do executivo camarário que responsabilize e chame à colação os responsáveis dos serviços porque não é o executivo, nomeadamente aos vereadores que compete fazer a gestão de pessoal. Termina dizendo que podem ter a certeza que nesta autarquia, como noutras no país, não há cem por cento e os rácios apresentados ainda bem que são melhores que Sintra e Almada mas ainda podem ser melhores, desde que os municípios ao detectarem situações que não estão bem informem imediatamente a Câmara no sentido de contribuírem para um município de excelência que se pretende seja o nosso.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE, diz que o BE se irá abster na votação do Mapa de Pessoal pelas razões já invocadas da não integração total dos trabalhadores da Câmara no quadro, esperando que o Mapa de Pessoal de 2001 já os tenha lá e aí o voto será diferente.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, diz que o Sr. Membro José Cardoso entendeu, com toda a legitimidade, fazer algumas considerações acerca da eficácia e desempenho dos trabalhadores mas quer chamar a atenção para o facto do Mapa de Pessoal não ser um instrumento de avaliação individual nem colectiva dos trabalhadores.

Também não entendeu o reparo, ou crítica, efectuado pelo Membro da bancada do PS Julieta Rodrigues relativamente a uma eventual repetição de valências em serviços.

Reforçando o que foi dito pela Sra. Presidente, esclarece que existe alguma necessidade de concursos que pretendem passar a contratos a termo por tempo indeterminado trabalhadores que estão com contrato a termo resolutivo certo ou no chamado regime de mobilidade, que foi mais uma rigidez que a última ao Regime Jurídico de Emprego da Administração Pública veio introduzir e que veio coarctar a mobilidade que existia entre os organismos do estado, nomeadamente entre o poder central e local e vice-versa com a figura da requisição, transferência e destacamento que terminaram. Agora existe um regime de mobilidade geral que obriga, para que esses trabalhadores possam ingressar no quadro, a um procedimento concursal com risco desse trabalhador não ingressar nesse serviço. Foi mais uma “benesse” que o novo regime veio trazer, na senda da alteração ao Código de Trabalho, com maior rigidez, menor flexibilidade na mobilidade e mesmo nas reclassificações e reconversões que acabaram como instrumentos de gestão de pessoal flexíveis e que davam uma autonomia às entidades, dentro dos requisitos legais que eram exigíveis, e que actualmente todos eles têm que passar por procedimentos concursais que são meras formalidades e vêm burocratizar muitas vezes os serviços.

O Mapa de Pessoal é um instrumento e o ora apresentado merece, seguramente e afirmativamente, o acordo da bancada da CDU até porque vem representar o aumento de apenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

um trabalhador no colectivo que é apresentado e os lugares que estão criados correspondem a lugares que serão extintos logo que o vínculo jurídico de emprego seja alterado, não havendo razão para crítica ou para os apontamentos críticos que foram efectuados.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 11 abstenções (6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

7 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia – Prorrogação dos prazos de vigência

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que na prática esta proposta pede apenas autorização à Assembleia para prorrogação do prazo de vigência dos actuais protocolos, uma vez que concluíram que não houve condições para tratar de uma forma profunda com as Juntas de Freguesia a proposta de construção dos próximos protocolos.

Há ainda a constatação, no trabalho regular que é feito com as freguesias, que há propostas de alteração aos protocolos que estão em vigor não tendo havido, neste período, condições para tratar esse tema aprofundadamente.

Ficou acordado com as Juntas de Freguesia que durante o mês de Janeiro o trabalho seria feito e que, tão rapidamente quanto possível, a nova proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Antes de dar por terminados os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** diz que a presente sessão que foi feita a sério e em que se produziu uma discussão muito mais interessante uma vez que foi a primeira com assuntos de alta importância. Pedindo desculpa aos seus colegas da CDU, diz muito sinceramente, e não é por ser Natal, que ficou muito satisfeito com a forma como hoje os assuntos foram discutidos. Foi uma discussão serena, objectiva, que será um bom prenúncio para sessões futuras.

A todos os presentes deseja um óptimo natal, cheio de solidariedade e um ano novo melhor que o de 2009.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,50 horas do dia 19 de Dezembro de 2009, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Antonieta Serrano Alves Sobral redigi e subscrevi.

Palmela, 19 de Dezembro de 2009